

AJ17549



O "aviso prévio" do sistema aquaviário vai vencer na próxima segunda-feira

Governo já admite não desativar aquaviário

Ceturb diz que sistema pode ser útil no futuro se houver modificações na estrutura urbana da Grande Vitória

O governo do Estado decide na próxima segunda-feira, 2, o destino que será dado ao sistema hidroviário da Grande Vitória. A Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV) já admite estudar alternativas para manter o sistema funcionando.

Na segunda-feira vence o prazo da denúncia (uma espécie de aviso prévio) para suspensão do contrato com a Pisa Engenharia, empresa operadora do sistema hidroviário.

O diretor-presidente da Ceturb, José Eduardo Azevedo, disse que há seis meses a Ceturb denunciou o termo de permissão de execução de serviço, com a intenção de se resguardar na hipótese de extinção do sistema.

Com o vencimento do prazo, ou se suspende a denúncia, buscando soluções para o funcionamento do siste-

ma ou se cumpre o "aviso prévio" e se extingue o aquaviário.

Azevedo explicou que existe um projeto de lei, a ser encaminhado à Assembléia Legislativa, pedindo aprovação de uma taxa sobre o serviço de fretamento (de ônibus que atendem empresas particulares).

Com os recursos relativos às taxas, pretende-se substituir o subsídio de 2,3% para o sistema hidroviário que hoje é incluído na tarifa do Transcol. Dessa forma, será possível dar continuidade à manutenção do aquaviário.

MUDANÇAS

Para a Ceturb, o sistema hidroviário pode ter uma utilidade futura se houver mudanças na estrutura urbana da Grande Vitória. "Embora este sistema não seja prioritário do ponto de vista do transporte de massas, é importante do ponto de vista estratégico", avaliou Azevedo.

Ele disse que se a Pisa não concordar com a mudança da forma do subsídio, o aquaviário pode ser extinto. Se apenas restar esta alternativa,

o governo vai avaliar qual será o destino dos quatro terminais e das seis lanchas que hoje fazem parte do sistema.

O secretário-executivo do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Espírito Santo (Setpes), Jessé Marques, é contra a manutenção do repasse para o aquaviário dos 2,3% da receita do Transcol.

"Em julho nós vamos repassar Cr\$ 5 bilhões para o aquaviário, enquanto as empresas do Transcol não estão recebendo o necessário para cobrir seus próprios custos", disse.

Marques informou que se o Transcol deixasse de repassar o subsídio para o sistema hidroviário, a tarifa do sistema coletivo baratearia 2,3%.

O diretor da Pisa Engenharia, Abraão Carasso, alega que o governo não apresentou uma justificativa técnica para a revogação do contrato. "Impetramos um mandado de segurança contra a decisão da Ceturb e a Justiça nos deu parecer favorável", afirma. Carasso diz ainda que a Pisa ganhou uma concorrência para operar o sistema durante 15 anos.